



Vetos a regras eleitorais e LDO estão na pauta do Congresso

Os parlamentares podem analisar ainda 13 projetos de crédito orçamentário, entre eles o que destina cerca de R\$ 3 bilhões para vários órgãos do governo federal

O Congresso Nacional pode votar hoje, a partir das 14h, o veto parcial ao projeto que altera regras para partidos políticos e para eleições, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e projetos de abertura de crédito orçamentário. Se o veto for rejeitado, os trechos serão inseridos na lei e a maior parte deles pode valer para as eleições de 2020. O texto da LDO é o mesmo enviado pelo Executivo e aprovado em agosto pela Comissão Mista de Orçamento. O reajuste do salário mínimo será feito pela inflação, sem ganho real. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado — 2/10/2019

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, os trechos vetados não tratam de eleições, mas do funcionamento dos partidos, por isso, podem valer em 2020

Debatedores defendem mudanças na reforma da Previdência na segunda votação



Paulo Paim preside debate com Diego Cherulli (E), Cleci Dartora e Luiz Bontempo sobre a PEC da reforma da Previdência

Especialistas defendem que a proposta de reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno de votação pelo Plenário na semana passada, receba alterações no segundo turno.

Os participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos apontaram vitórias do trabalhador no texto votado no Senado, como a manutenção do abono salarial do PIS/Pasep

para quem ganha até dois salários mínimos, que seria extinto pela proposta que veio da Câmara. Entretanto, consideraram que ainda há mudanças a serem feitas e que não podem esperar pela aprovação da PEC paralela. Entre elas, a retirada de novas exigências para aposentadoria especial e a definição do valor do financiamento do abono salarial. **4**

Projeto que proíbe carros a combustão deve virar marco da eletromobilidade

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente, representantes do governo e da indústria defenderam o estabelecimento de um marco legal da eletromobilidade, com a transição gradual para

veículos elétricos ou híbridos. Eles disseram que um projeto em tramitação na comissão, que proíbe a venda de carros novos movidos a combustíveis fósseis a partir de 2060, pode cumprir esse papel. **3**

Conselho recomenda debate sobre responsabilidade de redes sociais

O Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou ontem parecer sobre a atuação das empresas de internet. Segundo os conselheiros, as empresas

recebem enormes receitas publicitárias, mas não são submetidas às mesmas obrigações das mídias tradicionais, responsáveis pelo conteúdo que ofertam. **2**

Aluno de Alagoas é o primeiro colocado no Jovem Senador

O estudante de Alagoas Pedro Henrique de Araujo Silva ficou em primeiro lugar no concurso de redação que selecionou alunos do ensino médio público para

o projeto Jovem Senador com o texto “Interpreta-me ou te devoro”. O tema da redação foi “Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil”. **2**



Senador Irajá anuncia na Rádio Senado nomes que participarão do projeto

Empresas criticam regulação de oferta de conteúdo sob demanda

A Comissão de Assuntos Econômicos debateu ontem projeto para regular a comunicação audiovisual sob demanda (*video on demand*). De Humberto Costa, o texto regula a distribuição de conteúdos por banda larga. Na audiência da comissão, os convidados criticaram a proposta, sob os argumentos de que ela prejudicará produtores e consumidores, impedirá o crescimento do setor e caracterizará abuso regulatório por resultar em reserva de mercado. **4**